



“É justo preservar um político da pressão do seu próprio eleitor?”

Rogério Gentile

COLUNISTA DA “FOLHA DE S.PAULO”

Criticando o voto secreto no Senado

“O Congresso é indispensável, mas não precisava custar tanto.”

Roberto Macedo

ECONOMISTA

Sobre o alto custo do Poder Legislativo

Antônio de Faria Lopes

Advogado

afarial@terra.com.br

Será que nós, eleitores, podemos fazer alguma coisa?

A reforma política sob a liderança de Renan e Alves

Renan Calheiros foi eleito presidente do Senado e Henrique Alves presidente da Câmara dos Deputados. Câmara e Senado constituem o Poder Legislativo. Apesar das denúncias contra ambos, valeram os “acordos” políticos, e teremos que engolir um dos Poderes da República a serviço não do povo, mas de interesses pouco republicanos.

Vivemos sob um regime de “presidencialismo de coalizão” que pode ser traduzido como um sistema político no qual o Poder Executivo federal administra mais de 70% dos impostos que somos obrigados a pagar. Os Executivos estaduais fi-

cam com pouco mais de 20%, sobrando aos municípios algo em torno de 6%. Estes estão à beira da falência em virtude da redução do IPI para favorecer a indústria e a imagem do governo federal.

Todas as conversas sobre o novo pacto federativo são “pra boi dormir”. Nós fomos, aos poucos, aceitando o domínio do Executivo sobre os outros dois Poderes e a submissão destes, especialmente do Legislativo. Os políticos têm como único objetivo a conquista do poder e a permanência nele. Os cidadãos conscientes pregam, a cada eleição, a necessidade de escolher candidatos de fichas limpas, com vocação de servir,

honestos e trabalhadores. É triste constatar que essa campanha não tem ajudado a melhorar o nível dos nossos representantes. Ao contrário, a cada legislatura parece diminuir a compreensão do dever ético e moral indispensável ao exercício da atividade política.

Tem caído, também, o nível de moralidade e de adesão aos valores democráticos. Para piorar, muitos dos que se elegeram com compromissos sérios acabam se perdendo, tragados pelas seduções do poder. A demonstração mais clara desse declínio é o comportamento do PT e de seus representantes que, hoje, defendem tudo que an-

tes condenavam.

Não existirá solução sem uma profunda reforma política. Até Lula achava isso ao tempo da primeira denúncia do mensalão. Tanto que determinou ao seu ministro da Justiça que apresentasse, num prazo de 40 dias, um projeto de reforma política. Isso foi em 2005. Até hoje, nada. Hoje, Márcio Thomaz Bastos é advogado de réus do mensalão e deve aplaudir José Dirceu quando ele diz que tentar afastar ladrões de cargos públicos é “falso moralismo”.

Alguém acredita que um Congresso sob a liderança de Renan e Henrique Alves seja capaz de votar

uma reforma política de profundidade e verdadeiramente democrática? A base do governo propõe apenas dois pontos: o financiamento público das campanhas eleitorais, que dará mais dinheiro e poder aos partidos, e a votação através de listas organizadas pelos partidos. Como os partidos hoje são todos iguais, têm donos e servem apenas para preencher a exigência legal de filiação prévia para se candidatar, a votação em lista e mais dinheiro apenas fortalecerão as direções partidárias. Quanto custará ter o nome incluído entre os primeiros da lista? Será que nós, simples eleitores, podemos fazer alguma coisa?

Floriano de Lima Nascimento

Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Defesa social e tolerância zero

Beto Vianna

Linguista

btvianna@gmail.com

Monteiro Lobato e o ferreiro

O cidadão e a sociedade

A criminologia é fértil em teorias voltadas para a abordagem dos atos criminosos em todos os seus aspectos, incluídas as suas variadas causas, mas não é nosso propósito, neste artigo, nos aprofundar na análise do universo criminal. Nosso intuito é examinar, do ponto de vista prático, uma proposta apresentada, faz poucos anos, não por teóricos da ciência penal, mas por um policial nova-iorquino, de nome William Bretton.

Sem se preocupar minimamente com qualquer tipo de erudição, esse agente da lei cunhou uma frase que tem influenciado a atividade policial em vários lugares do mundo: “Crime é como câncer: deve ser diagnosticado e atacado no início para impedir que o tumor se desenvolva”. Como se pode perceber, sua análise não decorre de teorias elaboradas por juristas de gabinete, levadas por elucubrações eruditas, mas estriba-se na crua realidade das ruas.

Diante de um crime hediondo como o que ceifou, no ano passado, as vidas de

várias crianças norte-americanas em uma escola, o policial deve ter reforçado suas convicções sobre os perigos (no caso, o de adquirir armas de fogo) que a tolerância pode acarretar a uma sociedade.

É necessário informar ao leitor que não se cogita, neste artigo, tomar partido da proposta da tolerância zero, pois cremos que tanto o ponto de vista de criminólogos céticos quanto a opinião prática do policial nova-iorquino podem, no conjunto, contribuir para nos aproximar da melhor resposta ao problema da criminalidade. Por outro lado, parece-nos oportuno esclarecer que Bretton, tendo chefiado as polícias de Nova York e de Los Angeles, nos Estados Unidos, obteve êxito incontestável em seu trabalho.

Assessorando o então prefeito nova-iorquino Rudolf Giuliani, foi o estrategista do plano Tolerância Zero, que teve o mérito de diminuir em 80% o índice local de criminalidade, reduzindo significativamente as ocorrências rotineiramente registradas por um profissional do ra-

mo, com resultados irrefutáveis.

Note-se que a orientação em análise neste comentário é a de que a legislação em vigor deve ser sempre rigorosamente cumprida. A tolerância zero está inserida no espírito das leis, ressalvadas a hipótese de infrações de pequena gravidade, que dispensam rigor excessivo.

Sobre a teoria da defesa social, criação de juristas italianos, chamamos a atenção para o seu caráter inovador, pois ela vai além da mera repressão ao fato criminoso; preocupa-se em mobilizar o Estado e a sociedade em um esforço conjugado para impedir que o crime assale a população.

Dentro dessa ótica, o poder público deve preocupar-se em acabar com o conjunto de fatores que leva à ocorrência de crimes de toda a natureza, buscando erradicar ou amenizar as suas causas. Isso evidencia que a combinação entre as políticas de defesa social e de tolerância zero pode ser uma decisão importante na política de defesa do cidadão e da sociedade.

“Ferra-se cavalos”

Não há melhor remédio para o preconceito que sofrermos o dito cujo na carne. José Bento Monteiro Lobato, apesar do que dizem os politicamente corretos, é um bamba da nossa literatura. Nós, leitores, não merecemos ter a sua boa prosa proscrita de onde quer que seja. E apesar do que dizem os politicamente incorretos, Monteiro Lobato foi, sim, um pernicioso racista (aliás, um racista ativista), e não só pelos padrões da época, a ponto de o país campeão no quesito segregacionismo (os Estados Unidos) rejeitar a publicação de uma obra sua, justo por carregar nas tintas do ódio à negra gente.

O que poucos dizem, pois esse assunto é maldigerido tanto por corretos quanto por incorretos, é que Lobato também lutou contra um preconceito. E, nesse caso, seu afazer literário dá-lhe boas credenciais, pois a ignorância com que se batia Monteiro Lobato leva o nome de preconceito linguístico (no livro “Preconceito Linguístico”, Marcos Bagno cita o escritor a rodo; perdoe-me se roubo dali umas tantas ideias).

No longínquo ano de 1924 (quando, segundo os gramáticos de hoje, ainda não se judiava da língua de Camões), Monteiro Lobato escreveu o conto “O Colocador de Pronomes”, uma crítica aos prescritores da “língua culta” e do “português correto”. O personagem-título, um certo Aldrovando Cantagalo, vive guerra sem trégua contra os usuários da língua, supondo que esses deturpam o “verdadeiro idioma” (veja como o texto é atual!), ou seja, o conjunto anacrônico e incoerente de regras embalsamado nos manuais de gramática. A figura ridicularizada por Lobato encontra-se personificada hoje por tantos e bem-pagos consultores de gramática dos meios de comunicação.

Talvez por isso, tal como Aldrovando, e como compensação por sua canhestrice linguística, eles tenham esses nomes psicodélicos, como Pasquale Cipro Neto e Dad Squarisi. Essas pessoas, com medíocre compreensão da linguagem (por descuido ou, quem sabe, por razões de mercado), despejam rios de preconceito sobre as variações do português brasileiro,

confundem língua com ortografia e, o mais grave, o fazem com toda a legitimidade e repercussão que a velha elite e a grande imprensa lhes concedem.

Se você acha que isso é puro preconceito meu contra os gramáticos, ouçamos o grande Monteiro Lobato. No conto mencionado, Aldrovando encasqueta com uma tabuleta que diz “Ferra-se cavalos”. Quer porque quer corrigi-la, botando o verbo no plural (como ensinam as gramáticas de antanho e de hoje), ao que replica o ferreiro: “V. S. me perdoe, mas o sujeito que ferra os cavalos sou eu”. Sabe o ferreiro, nem tanto o gramático, que cavalos não têm o hábito de se ferrar sozinhos.

Aldrovando veio ao mundo, diz o conto no início, “em virtude de um erro de gramática”. Também seu criador viveu um trauma com o “português correto”, reprovado, no exame para o Instituto de Ciências e Letras, em português oral!

Se Lobato não sabe português, e o resto de nós, humildes cordeiros?

O TEMPO

ENDEREÇOS

Sede Comercial
Rua Pernambuco, 712 - Funcionários
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-151
Fone (31) 2138-3900 - Fax (31) 2138-3920
Web.: www.otempo.com.br
e-mail: comercial@otempo.com.br
Redação e Industrial
Avenida Babi Camargos, 1.645
Cidade Industrial, Contagem - MG
CEP 32.210-180 Fone: (31) 2101-3000

SERVIÇOS EDITORIAIS

The New York Times
AGÊNCIAS NOTICIOSAS
Associated Press,
Agência Globo,
Folhapress e
Agência Estado

ATENDIMENTO AO ASSINANTE:

0800-703-4001 (interior)
(31) 2101-3838 (Capital e Grande BH)
Horário de funcionamento:
Segunda a sexta-feira: 7h às 19h
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h
E-mail: atendimento@otempo.com.br

FILIADO À ANJ

Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br
IVZ
FILIAL DO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

PREÇO DA ASSINATURA: NORMAL MG (consulte nossas promoções)

Anual	Semestral	Trimestral
R\$ 492,00 à vista ou: 2 x R\$ 246,00 3 x R\$ 164,00 4 x R\$ 123,00 6 x R\$ 82,00	R\$ 246,00 à vista ou: 2 x R\$ 123,00 3 x R\$ 82,00 4 x R\$ 62,00	R\$ 123,00 à vista

ESCRITÓRIOS COMERCIAIS

SÃO PAULO
Avenida Jamaris, 100 - Sala 207 - Bairro Moema - São Paulo - SP - CEP 04.078-000
Fone/fax:
(11) 5531-3334 - (11) 5531-3336 - (11) 9935-3534
E-mail: rodrigo.simoies@otempo.com.br

RIO DE JANEIRO
Bueno Comunicação - Av. Almirante Barroso, 63 - Sala 2012 - Edifício Cidade do Rio de Janeiro - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.031-003
Fone: (21) 2524-5644
E-mail: fbueno@buenocomunicacao.rj.com.br e barbara.bueno@buenocomunicacao.rj.com.br

BRASÍLIA
SRTVS Quadra 701 - Bloco O - Sala 658
Centro Multiempresarial Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70.340-000
Fone/fax: (61) 3223-6999 - (61) 8223-6606
E-mail: fbueno@otempo.com.br

ESPÍRITO SANTO
Dicape Representações e Serviços Ltda - Rua Pedro Palácios, 79 - Ed. Centro Jurídico, sala 4
Prairinha - Vila Velha - ES - CEP 29.100-190
Fone/fax: (27) 3229-1986 - (27) 3062-1953
E-mail: didimo@otempo.com.br